

NOTA TÉCNICA 01/2024

**RECOMENDAÇÕES PARA
O FORNECIMENTO DE
MATERIAIS PEDAGÓGICOS
PARA INCLUSÃO DA
EDUCAÇÃO ALIMENTAR
E NUTRICIONAL NO
CURRÍCULO ESCOLAR**

JULHO DE 2024

Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ)

Núcleo Executivo

FIAN Brasil - Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Comitê Consultivo

Ação da Cidadania
ACT - Promoção da Saúde
ActionAid Brasil
Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável
Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN)
Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)
Comissão de Presidentes de Conseas Estaduais (CPCE)
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)
Federação Nacional de Nutricionistas (FNN)
Fórum Nacional dos Conselhos de Alimentação Escolar (FNCAE)
Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)
Levante Popular da Juventude
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDESSAN)
Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME)

Núcleo Executivo: Mariana Santarelli, Maria Emilia Pacheco e Vanessa Schottz
Coordenação: Mariana Santarelli
Assessora Executiva e de Pesquisa: Luana de Lima Cunha
Assessor de Comunicação: Yuri Simeon
Assessor de Advocacy: Pedro Vasconcelos

Ficha técnica

Este é um documento do Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) elaborado sob coordenação da FIAN Brasil e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)

Coordenação e organização:
FIAN Brasil e Idec

Diagramação: Yuri Simeon

Apoio financeiro: Instituto Ibirapitanga e Global Health Advocacy Incubator

Observatório da Alimentação Escolar - ÓAÊ

Site: <https://alimentacaoescolar.org.br/>

E-mail: observatorio@alimentacaoescolar.org.br

JULHO 2024

RECOMENDAÇÕES PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO CURRÍCULO ESCOLAR

O Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE), formado por 23 organizações da sociedade civil e movimentos sociais, é uma rede que atua no monitoramento, mobilização e incidência em defesa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), a partir da produção e sistematização de estudos e análises, desde a perspectiva de garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (Dhana).

A Lei nº 11.947/2009, a Lei do PNAE, estabelece a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como uma de suas diretrizes. A promoção de uma alimentação saudável nas escolas depende tanto da oferta de alimentos saudáveis, quanto de atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), de forma que o ambiente escolar possa de fato tornar um local de promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Em 2012 foi criado, pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o "Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas", sendo que só em 2018, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) foi incluída como tema transversal no currículo escolar da educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O mais importante e recente marco é o DECRETO Nº 11.821, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023, que institui a EAN como eixo estratégico das ações de promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, estabelecendo a sua inclusão: i) no currículo escolar, de forma transversal, com ênfase em alimentação, nutrição e práticas saudáveis de vida no processo de ensino e aprendizagem, devendo ser incluído no projeto político pedagógico das escolas; ii) nas ações de educação permanente destinadas aos professores e aos colaboradores das escolas; iii) nas atividades práticas com os estudantes, como oficinas culinárias e organização de hortas no ambiente escolar, com a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada, iv) nas ações destinadas à comunidade escolar sobre a importância da alimentação adequada e saudável e em orientações sobre os lanches levados para a escola.

Por reconhecer a relevância da EAN para a formação de uma visão integrada sobre a formação dos hábitos alimentares e a promoção do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana), o ÓAE vem, por meio desta nota, recomendar ao Ministério da Educação (MEC) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que incorpore nos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) a aquisição de material de formação, destinados a professores, para orientá-los na inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar.

Recomenda-se também a adoção de medidas que incentivem coordenadores pedagógicos, gestores escolares e comunidade escolar a debater e inserir o tema em seus projetos políticos pedagógicos, construindo uma estrutura pedagógica de inclusão da EAN no currículo escolar.

JUSTIFICATIVA

A educação alimentar e nutricional (EAN) é um campo de ação de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que contribui para realização do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (Dhana) da população, além de ser uma estratégia fundamental para a prevenção e controle das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs). De acordo com o "Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas" - elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ela pode ser definida como "um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis" (Brasil, 2012).

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de hábitos e práticas saudáveis, pois é um local com finalidade educativa e formadora, que proporciona oportunidades que aprimoram a aprendizagem e o desenvolvimento de práticas de vida saudáveis dos alunos. Além disso, as crianças e jovens do país passam diariamente pelo menos um terço do dia durante uma fase importante da vida no ambiente escolar, o que possibilita a formação de hábitos que tendem a persistir até a idade adulta. As ações de EAN na escola contribuem também para construção de conhecimentos e apoiam a educação básica, pois apresentam relação com diversos conteúdos que já integram os componentes curriculares (Russo, 2023).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) aponta para o compromisso do sistema de educação com uma formação humana integral, que considera o sujeito de aprendizagem em sua singularidade, integridade, diversidade e alteridade, visando ao desenvolvimento humano global (Maldonado et al, 2022). Sendo assim, as ações de EAN na escola fazem parte desse compromisso do sistema de educação, pois contribui para construção de conhecimentos e formação de senso crítico dos estudantes sobre a alimentação adequada e saudável, possibilitando escolhas alimentares conscientes.

Para firmar a importância dessas ações, a EAN foi incluída como tema transversal no currículo escolar da educação básica na LDB em 2018 (Brasil, 2018). Apesar dos avanços e acúmulos na prática de EAN e de sua importância estratégica, o MARCO DE EAN aponta que há uma fragilidade nos processos de planejamento dessas atividades. O caráter extremamente transversal da abordagem de EAN na educação prática leva a uma situação preocupante:

“A educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e ao mesmo tempo não está em nenhum” (Brasil, 2012).

Sendo uma prática contínua e permanente direcionada a autonomia, a EAN não se efetiva mediante ações esporádicas, desarticuladas e não planejadas, e por mais que esteja inserida na LDB e tão bem estabelecida como estratégica para formação do cidadão, às ações de EAN ainda precisam ser melhores definidas e estabelecidas, planejadas e estruturadas em uma trilha pedagógica de aprendizagem durante todas as etapas da educação básica para se chegar a real formação do cidadão. As temáticas de alimentação e nutrição apresentam relação com diversos conteúdos que já integram os componentes curriculares, é preciso fazer uma correlação entre esses conteúdos a partir do olhar transversal e multidisciplinar, considerando todas as dimensões das práticas alimentares.

As ações de EAN precisam de temas e estratégias relacionadas a todas as dimensões de um sistema alimentar saudável e sustentável como o acesso à terra, à água e aos meios de produção, as formas de processamento de alimentos, as práticas de consumo individuais e coletivas, até a geração e destinação de resíduos para contribuir para que os indivíduos e grupos façam escolhas conscientes fomentando assim a sustentabilidade social, ambiental e econômica (Brasil, 2012). Nesse sentido, pode-se afirmar que ações de EAN somente podem ter efeito se educarem para a construção de um sistema alimentar sustentável (Bezerra, 2018).

Na perspectiva da construção de um sistema alimentar sustentável, a alimentação escolar é um espaço propício para a incorporação dos alimentos agroecológicos, desencadeando discussões coletivas sobre questões ambientais e fomentando práticas alimentares saudáveis a partir da inclusão desses alimentos e fomentando uma transição para um sistema alimentar mais saudável e sustentável (Rigon; Bezerra, 2014).

A estruturação metodológica das ações da EAN envolve a articulação de saberes, a discussão de processos educativos para desenvolver habilidades de reflexão sobre comportamentos e atitudes alimentares, e a implementação de ações pedagógicas que consolidam e reforçam essas atitudes.

Nesse sentido, foi construída uma matriz de temáticas de alimentação e nutrição, organizada por dimensões da alimentação conforme o segmento de ensino, resultado de uma parceria entre o Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) do Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) (Maldonado, et al, 2022).

Esse trabalho analisou livros didáticos e práticas de educação alimentar e nutricional na escola e observou um foco em aspectos nutricionais e sanitários, reduzindo a alimentação e nutrição à sua dimensão biológica dialogando pouco ou quase nada com componentes curriculares como História e Geografia, tão importantes para compreender práticas alimentares nos territórios e ao longo dos processos históricos relacionados às mudanças e às permanências nos diferentes contextos de vida. Foi construída uma matriz de conteúdos que organiza a abordagem de EAN ao longo dos segmentos escolares com uma série de atividades propostas e materiais educativos, permitindo o aprofundamento da discussão de acordo com o desenvolvimento da criança e com a organização curricular (Maldonado et al, 2022).

Outro aspecto importante apontado pelo Marco de EAN é a necessidade de investimento na formação em EAN para profissionais das diferentes áreas do conhecimento (Brasil, 2012). A alimentação é uma prática social e requer uma abordagem integrada que reconheça essa prática como resultante da disponibilidade e acesso aos alimentos, além dos comportamentos, práticas e atitudes envolvidas nas escolhas e formas de consumo dos alimentos e, portanto, com dimensões biológicas, econômicas, políticas e socioculturais. Vários atores sociais podem e devem desenvolver ações de EAN e precisa-se refletir sobre a contribuição de conhecimento por parte desses atores.

Os atores sociais têm muito conhecimento sobre alimentação adequada e saudável, entretanto podem não ter um conceito escrito ou elaborado, mas em geral, se motivados, todos conseguem tirar de dentro de si este conceito (Burity et al, 2010). Muitas vezes é necessária uma mudança de postura que pressupõe o pensar relacional. Situar o saber popular como um tipo de conhecimento acumulado que produz uma interpretação da realidade, reveladora da visão de mundo, que amplia o olhar do profissional sobre a realidade (Bezerra, 2018).

Atividades de EAN precisam promover troca e construção coletiva de saberes, aproximar e integrar o saber popular, o acadêmico e o saber profissional, romper fronteiras, promover intercâmbios e isso se dá por meio de processos pedagógicos ativos, problematizadores e dialógicos, se dá por meio de facilitadores que tem seu saber apenas como ponto de partida e a partir do diálogo ultrapassa barreiras e consegue articular os conhecimentos. É nesse lugar que qualquer ação de formação em EAN precisa estar para enfrentar a complexidade da alimentação e promover a transformação social necessária para promoção de hábitos e práticas alimentares saudáveis e sustentáveis (Russo, 2023).

A Nota técnica do FNDE que dispõe sobre Educação Alimentar e Nutricional no Pnae coloca como sujeitos nas ações de EAN os seguintes atores sociais: gestores, professores, coordenadores pedagógicos, profissionais que preparam a alimentação escolar (cozinheiras/os), nutricionistas e agricultores(as) familiares, membros dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) e pais/mães ou responsáveis dos alunos; e reforça a importância da formação desses atores (FNDE, 2022). Essa medida foi um grande avanço para novas perspectivas e maior efetividade das ações da EAN.

NÚCLEO EXECUTIVO



COMITÊ CONSULTIVO



REFERÊNCIAS

- BEZERRA, José. Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes. UFC, 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
- BRASIL. Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 maio de 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13666.htm.> Acesso em: 08/10/2022.
- BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: Abrandh, 2010.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Ministério da Educação. Nota Técnica N°23034.005938/2022-48. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/encontros-tecnicos/NotaTecnicaEANassinada.pdf>
- MALDONADO, Luciana et al. Proposta de educação alimentar e nutricional integrada ao currículo de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, p. e00152320, 2022.
- RIGON, S; BEZERRA, I. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 9, n. 2, p. 435-443, 2014.
- RUSSO, Giorgia Castilho. Educar para o comer e o comer para educar: o processo de articulação e compreensão da prática da intersetorialidade entre as Políticas de Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional na promoção da alimentação adequada e saudável. 2023. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

